



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

LEI Nº 4.751/2021

Vereadores Autores: Nilton César, Alan Mansur, Guto Garcia, Iza Vicente, Luiz Matos e Professor Michel

DISPÕE A CRIAÇÃO DE GRUPOS
PRIORITÁRIOS PARA A COVID-19 NO
MUNICÍPIO DE MACAÉ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**, no uso de suas atribuições legais;
Considerando que, existe um Programa Nacional de Imunização (PIN);
Considerando a lógica tripartirdes de Vacinação estipulada pelo SUS, onde estados e municípios tem autonomia para montarem seu próprio esquema de vacinação, de acordo com as características da população e demanda específica de cada região;
Considerando que podemos usar a mesma sistemática, para a vacinação contra o COVID-19 aplicando o Princípio da Simetria e Igualdade;
Considerando a premissa que, o Ministério da Saúde optou por priorizar a vacinação de determinados grupos para garantir o funcionamento dos serviços de saúde, a proteção dos cidadãos com maior risco para coronavírus, além da preservação do funcionamento dos serviços essenciais, definindo uma lista de grupos prioritários;
Considerando ainda que, tal premissa foi elaborada em um momento pretérito e que não reflete a atual fase da pandemia e grupos já vacinados, em especial no Município;
Considerando que tanto a OMS (Organização Mundial da Saúde) quanto o Ministério da Saúde, afirmam que as novas variantes têm um potencial maior de letalidade entre crianças, jovens e adultos até 30 anos;
Considerando que os grupos elencados na presente lei, corresponde por cerca de 76% dos novos casos;
Considerando ainda que as crianças possuem proteção integral, conforme lei 8069/1990, determinado em seu artigo 3º, caput conhecido como ECA- Estatuto da Criança e Adolescente;

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

Considerando a Lei 13.146/2015 em seu artigo 2º, caput, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência;

Considerando a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Considerando também que o Município possui especificidades próprias, como circulação de trabalhadores offshore de toda parte do mundo, portos e aeroporto, além dos que residem no Brasil e trabalham na área do petróleo, correspondendo uma população flutuante em cerca de 40% da população local;

Considerando por fim a necessidade de termos uma prioridade de vacinação local, para melhor e maior cobertura da chamada “imunização de rebanho” no qual se mostra mais equânime e com uma melhor cobertura vacinal.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o Art. 76, Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte Lei:

Art.1º Fica estabelecido a ordem de prioridade na vacinação contra o COVID - 19, sem prejuízo dos demais grupos prioritários, no âmbito do Município de Macaé/RJ.

Art. 2º Endente-se por prioridade na vacinação, pessoas com alto poder de transmissão e/ou infecção do COVID-19, conforme rol exemplificativo abaixo;

§1º Prioridade na vacinação de acordo com especificações pessoais:

- I.** grávidas e puérperas;
- II.** Pessoas com comorbidade;
- III.** Pessoas com deficiência, na forma da Lei 13.146/2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- IV.** Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, na forma da Lei 12.764/2012 Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

§2º Prioridade na vacinação de acordo com especificações laborativas:

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

- I.** Profissionais e funcionários da educação pública e privada, em atividade no município;
- a.** Considera-se para efeitos desta Lei, profissionais da educação como sendo aqueles mencionados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96), das esferas Federal, Estadual e Municipal;
- b.** Considera-se para efeitos desta Lei, funcionários da educação pública Municipal, Estadual e Federal, todos servidores e empregados públicos efetivos, admitidos ou contratados, do quadro da Educação, da rede direta e parceira, trabalhadores dos Órgãos Centrais e Regionais, inclusive os servidores e empregados públicos cedidos de outros órgãos e que prestem serviço à municipalidade no âmbito da educação.
- c.** A ordem cronológica de vacinação dos profissionais da educação deverá obedecer ao plano municipal de retorno às aulas presenciais.
- II.** Profissionais de atividades laborativas públicas ou privadas de atendimento direto ao público ou de exposição direta a resíduos e/ou produtos passíveis de transmissão do coronavírus, cujo exercício de suas atividades não foi suspenso em decorrência dos Decretos do Executivo Municipal.

Art. 3º Caberá a Secretária Municipal de Saúde, editar Decreto regulamentando quais enfermidades enquadram-se como comorbidade, bem como, as diretrizes clínicas e documentais para o reconhecimento de pessoas com deficiências de natureza física, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

Art. 4º Para as atividades laborais a comprovação se dará por meio da apresentação de original e cópia da carteira de trabalho, declaração expedida pela empresa competente ou outro documento oficial que comprove o exercício da atividade laborativa.

Parágrafo único. Para comprovação do atendimento direto ao público ou exposição direta a resíduos e/ou produtos passíveis de transmissão do coronavírus, deverá ser apresentado, junto com a documentação exigida no *caput* deste artigo, a relação completa dos funcionários discriminando a função exercida por cada um destes.

Art. 5º O Poder Executivo por meio de Decreto, poderá alterar o rol exemplificativo de prioridades elencadas no Art. 2º da presente lei quando ocorrer o agravamento da pandemia e identificação de novas variantes que ponham em risco outros grupos de risco;

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Macaé, 01 de julho de 2021.



NILTON CÉSAR PEREIRA MOREIRA
PRESIDENTE

Emissão	DOM
Edição N.º	277 - ANO II
Data	07/07/2021 pag 03
Assinatura	Julian Junior - 27.405

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br